

- XXVI -

EJA EM MATO GROSSO E O PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Edileuza Silva Oliveira

Rede Estadual de Educação Básica do Estado de Mato Grosso.
edileuzaoliveira@gmail.com

Heloisa Salles Gentil

UNEMAT. logentil2@gmail.com

Estudos vêm demonstrando os problemas enfrentados pela Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, desde seu reconhecimento como algo que diz respeito a toda a sociedade até sua real inserção nas políticas públicas sociais como uma modalidade da educação (1996). Entre esses problemas está a formação docente para esta modalidade e a organização diferenciada do trabalho pedagógico, dadas suas especificidades. (ARROYO, 2006; BARRETO, 2006; MACHADO, 2008). A formação de professores é tema de discussões e de políticas no Brasil mais intensamente a partir da década de 1990, o que nos leva a considerar a influência do contexto internacional, pautado desde então pelo ideário neoliberal. (GENTIL e COSTA, 2011).

Entre as contradições presentes nos processos educativos escolares, uma delas, em se tratando da EJA, é que, por um lado, aprovar a EJA como uma modalidade de ensino é ter o reconhecimento institucional de uma necessidade de parcela da população por tanto tempo excluída das políticas públicas; por outro, a escolarização de processos educativos antes não formais implica em exigências institucionais e traz, como afirma Arroyo (2006), o risco de redução e regulação destes.

Neste contexto, sem a intenção de generalizações, mas com intuito de contribuir para a consecução de políticas educacionais efetivas e considerando características próprias da educação em Mato Grosso, situamos nossa problemática, A inexistência de cursos superiores voltados exclusivamente para esta modalidade no estado; a existência de uma política definida de formação continuada de professores da rede pública estadual; e a organização da educação

de jovens e adultos em CEJAs (Centros de educação de Jovens e Adultos), caracterizados como espaços específicos para atender às demandas nos levam a questionar: como se desenvolve a formação continuada de professores da EJA? Tomamos como *locus* da pesquisa um CEJA do interior do estado, analisamos documentos institucionais que orientam a implementação de políticas e dados coletados por meio de entrevistas com professores e gestores.

Em 2000, o Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso (CEE/MT) normatizou a EJA. O I Seminário Estadual de Educação de Jovens e Adultos aprovou o Programa de Educação da modalidade para o Estado com as diretrizes e critérios de oferta.

A Política Pública de Educação de Jovens e Adultos do Estado apresenta também uma discussão sobre a formação continuada específica dos profissionais da EJA:

Grande parte dos professores de EJA não teve, na formação inicial, qualquer notícia sobre o campo da EJA, nem sobre a existência de sujeitos de direito à educação com mais de 15 anos, não-escolarizados. A formação inicial, no entanto, não encerra a necessidade de aprender permanentemente de todos os profissionais, assim como esta necessidade nunca se basta, ao longo de toda a vida. Professores são, também, sujeitos jovens e adultos em processo de aprender, e nessa condição, de aprender do que fazer pedagógico, ou seja, resignificando suas próprias práticas, pela possibilidade de ampliar a compreensão que têm sobre elas. Esse movimento é denominado de formação continuada, e como tal, devida a todos os profissionais da educação. (SEDUC, 2009, p. 14).

Em Mato Grosso os CEJAs foram criados (Decreto nº 1.123 de 28/01/2008 - SEDUC/MT) com objetivo de propiciar um novo sentido de educação com relação a tempos e espaços de aprendizagem, respeitando as especificidades dos sujeitos desta modalidade.

As propostas pedagógica e metodológica definidas para os CEJAs são estabelecidas pelas Regras de Organização Pedagógica (ROPs), documento orientativo anual emitido pela SEDUC, que contém também orientações de organização das horas atividades destinadas à formação dos professores. Há uma Carga Horária de Formação do Professor (CHFP), formação por área de conhecimento, além daquela determinada para toda a rede estadual (Projeto Sala do Educador), que ocorre sob supervisão do CEFAPRO.

A organização do trabalho docente diferencia os CEJAs de outras unidades escolares e possibilita aos professores um tempo remunerado para a formação continuada e a preparação das aulas. Nas horas atividades ocorrem: Reunião por Área do Conhecimento; Reunião Pedagógica; Planejamento para as Oficinas; Estudo de Grupo; Sala do Educador;

há uma formação continuada específica para o atendimento desta demanda, valorizando a troca de experiências e o planejamento coletivo.

Essas trocas, que contribuem para a mudança da forma de agir do educador, são, na verdade, um diálogo entre a teoria dele com a dos outros educadores que participam do grupo de formação e o deles com autores que refletiram sobre os mesmos temas. Muitas vezes, esses diálogos se dão sobre a forma de trocas de experiências em que estas são concretizações de teorias, que em razão do seu nível de abstração, são mais difíceis de serem explicitadas de outra forma. (BARRETO, 2006, p.97).

A possibilidade da formação continuada em serviço para o profissional da educação que atua na EJA em Mato Grosso pode ser considerada um avanço em relação às demandas da modalidade, ainda que não suficiente. Entre os sujeitos da pesquisa destaca-se a compreensão desta formação como espaço de trocas de experiências, momento de interação e integração e de compreensão da teoria como um aporte necessário para as reflexões acerca de práticas, metodologias e estratégias político pedagógicas.

Professores dos CEJAs realizavam encontros por área de conhecimento, dentro da sua CHFP, discutiam e planejavam; realizavam conselho de classe, avaliações, grupo de estudo e lançamentos no sistema SigEduca, em consonância com as Regras de Organização Pedagógico (ROP) vigentes no ano letivo. Depoimentos sobre a especificidade da formação por área valorizam a relação teoria e prática e dão ênfase ao planejamento coletivo das diversas atividades que eram realizadas em conjunto: aulas campo, oficinas, aulas culturais, projetos.

A ROP/2017, publicada em 2016, constituiu-se no gatilho das mudanças na organização do trabalho pedagógico e conseqüentemente na formação continuada de professores dos CEJAs. Dada a limitação deste texto destacamos a oferta em forma de carga horária etapas, que “possibilita ao estudante concluir a carga horária da disciplina independente do ano civil ou escolar”, em qualquer tempo, precisando apenas totalizar, por somatória de períodos frequentados, a carga horária prevista para conclusão de cada uma. Volta a imperar a concepção disciplinar em lugar de áreas de conhecimento, o que significa que os encontros de formação por área “deixam de ser necessários”, o planejamento coletivo “perde importância” até pela dificuldade de manutenção da mesma turma de estudantes e pela avaliação individualizada e disciplinar. O que se constituía como um espaço de trocas e de formação continuada valorizada pelos docentes, foi descartado por meio de um documento orientativo que teve força de lei, sem processos de avaliação ou consulta.

A pesquisa realizada evidencia contradições existentes: a criação de CEJAs como uma tentativa de atendimento à demanda específica existente, alardeado como necessidade nacional; a instituição de tempos/espaço de formação próprios para os educadores desta modalidade, seguidos de determinações institucionais estaduais de desmonte do que poderia ser um elemento da qualidade da educação de jovens e adultos. São parte de uma perspectiva crescente no país, a tendência gerencialista na educação, com seus princípios de individualismo, flexibilização e conseqüente aligeiramento da formação, que prejudicam inclusive a formação continuada de professores.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. In: **Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos**. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2006

BARRETO, Vera, SOARES, Leôncio. **Formação Permanente ou Continuada. Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica/SECAD MEC/UNESCO, 2006.

GENTIL, Heloísa Salles; COSTA, Marilda de Oliveira. Continuidades e discontinuidades nas políticas de formação de professores e suas implicações na prática pedagógica docente. **Revista de Educação Pública**, v. 20, n. 43, p. 267-287, jun 2012. ISSN 2238-2097. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/306>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

MACHADO, Maria Margarida. Formação de professores para EJA: uma perspectiva de mudança. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v. 2, n. 2-3. p. 161-174, jan./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

SEDUC/MT. **Política Pública de Educação de Jovens e Adultos do Estado do Mato Grosso**/ Superintendência da Educação Básica/ Gerência de Educação de Jovens e Adultos. Cuiabá: SEDUC, 2009.